

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SENADOR GUIOMARD/AC.**

JALDERSON DA COSTA MACHADO, brasileiro, solteiro, motorista, portador da Cédula de Identidade RG nº 381616 e do CPF nº 719.415.842-68, residente e domiciliado na Rua 3, nº 31, Bairro Chico Paulo, Senador Guimard-AC, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada que esta subscreve, e-mail: maria.adv2010@hotmail.com com escritório profissional no endereço que consta no rodapé desta, local onde recebe intimações, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE
DANOS PESSOAIS POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE
VIA TERRESTRE (DPVAT)**

em face da **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031205, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I – PRELIMINARMENTE

I.1 – DA DISPENSA DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA

O Novo Código de Processo Civil concedeu aos litigantes a faculdade de optar pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação, consoantes preceitos do artigo 319, VII que segue *in verbis*:

Art. 319. A petição inicial indicará:

[...]

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

Desse modo, o autor manifesta seu desinteresse na realização de audiência, seja de conciliação ou mediação, uma vez que é prática habitual da requerida não oferecer proposta de acordo em processos que envolvem discussão acerca do seguro obrigatório DPVAT.

I.2 – DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, por não dispor de condições financeiras para suportar as custas e despesas processuais decorrentes da demanda em apreço, sem prejuízo próprio, de acordo com previsão expressa do artigo 5º LXXIV da CF/88, artigo 4º da Lei nº 1.060/50.

II – DOS FATOS

O autor sofreu acidente de trânsito em 26.08.2017, do qual resultou com sequelas definitivas, conforme vastas documentação do atendimento medico e cirúrgico realizado pelo autor.

O autor **sofreu fratura do platô tibial direito**, ou seja, do MID. A tíbia e a fíbula (perônio) formam a estrutura óssea da perna, sendo a tíbia o maior e mais importante osso na perna, conforme abaixo:



A parte proximal da tíbia é conhecida como Platô ou Planalto. O planalto tibial possui uma discreta inclinação posterior (10°) e consiste de 2 côndilos (platôs). A face superior de cada côndilo é grande, ovoide e lisa.

O Platô, junto ao fêmur, forma a articulação do joelho. Ou seja, a integridade do platô é fundamental para a função do joelho, como a flexão e a extensão, movimento fundamental para podermos andar normalmente. Além disso, no platô se inserem muitas estruturas, como os ligamentos cruzados do joelho (LCA e LCP), os meniscos e alguns outros ligamentos e tendões.

O autor também sofreu lesões de ordem permanentes no quadril, vindo a sofrer com sequelas definitivas com limitação funcional em decorrência do acidente sofrido, conforme vasta documentação do atendimento medico e cirúrgico realizado pelo autor que anexa segue.

Em razão de tais fatos faz *jus* ao recebimento de indenização por invalidez referente ao Seguro Obrigatório (DPVAT).

Seguem abaixo dos dados do caso concreto:

Data do Acidente	26.08.2017
Local do Acidente	Senador Guimard/AC
N. do Sinistro (pedido administrativo)	3180397540
Lesões	Membro inferior direito
Data da negativa	11/09/2018
VALOR DEVIDO	R\$ 5.906,25

Contudo, ao analisar o pedido de pagamento administrativo do seguro DPVAT do autor, a Seguradora Ré efetuou o pagamento somente de R\$ 843,75 correspondente ao grau moderado da lesão do joelho, quando deveria pagar o valor de R\$ 3.375,00 correspondente ao total devido para essa lesão, bem como, o mesmo valor para a lesão do quadril.

Assim, mesmo diante de todas as informações, comprovadas e demonstradas, a Seguradora negou o pagamento devido ao autor sem qualquer amparo legal, nos termos do entendimento sumulado acima declinado, portanto, faz jus o autor ao recebimento da indenização devida.

III – PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

O autor pleiteou administrativamente o pagamento de indenização por invalidez, todavia, não recebeu o valor devido correspondente à invalidez experimentada.

Por estas razões faz-se imperativo o ajuizamento da presente para que o autor tenha seu pedido processado e julgado na esfera judicial.

IV – DO DIREITO

A Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, que modificou o texto da Lei 6.194, alterou a forma de pagamento da indenização, determinando o pagamento parcial de acordo com o grau de sequela resultante, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa,

correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O STJ manifestou-se favorável ao pagamento parcial da indenização, de acordo com o grau de invalidez, editando, inclusive a Súmula 474, conforme: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Enfim, atualmente não existe discussão sobre a forma de pagamento parcial, contudo, a requerida não efetuou o pagamento, não levando em consideração o grau de invalidez experimentado pela parte autora.

V – NEXO DE CAUSALIDADE

Conforme permissivo legal – artigo 5º, § 4º - da Lei 8.441/92 – para dirimir dúvida quanto ao nexo de causalidade e efeito entre o acidente e as lesões, os médicos requisitaram cópia ao atendimento médico-hospitalar prestado ao autor.

VI – MODALIDADES DE DANOS. VALOR DO SEGURO. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEU PAGAMENTO.

A lei especial que regula o seguro DPVAT (6.174/94), em seu artigo 3º cataloga as modalidades de danos albergados (na ordem de três espécies), inserindo, em cada uma delas, o valor a ser recebido por seu respectivo beneficiário. São elas:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos Reais); caso de invalidez permanente;

III - até 2.700,00 (dois mil e setecentos reais); para pagamento de despesas médicas comprovadas;

O que interessa no caso em testilha é a do item “II” (invalidez); razão do destaque assinalado acima.

Mais a frente, em seu artigo 5º, *caput*, traz o rol de documento para que o beneficiário lhe faça jus.

“O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente** e do **dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”

A prova do acidente o Autor faz com a documentação, como BO, prontuário médico, ficha de internação e etc. A do dano, pelos Laudos e históricos médicos dos procedimentos cirúrgicos do autor, que anexos segue.

VII – DA APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO

A jurisprudência tem se mostrado pacífica no sentido de admitir ação promovida pela vítima de acidente de veículo automotor requerendo a indenização junto à seguradora do seguro DPVAT de que faz jus, desprovida do Laudo do IML, mediante outras provas idôneas.

Sobre a desnecessidade de apresentação de Laudo do IML, manifesta-se o Tribunal de Justiça de Rondônia:

Agravo Interno. Seguro DPVAT. Laudo elaborado pelo IML. Prescindibilidade.

O laudo emitido pelo IML não constitui documento imprescindível para a propositura da demanda, podendo o grau de debilidade ser aferido por meio de outros documentos.

ACÓRDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. (grifo nosso) (TJ/RO, Agravo em Apelação 0015187-30.2012.8.22.0005, Rel. Des. Kiyochi Mori, julgamento 16.10.2013).

Veja-se, no mesmo sentido, o julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

mabel.barros.adv@gmail.com e maria.adv2010@hotmail.com

Rua Cupuaçu, esquina com Rua Laranja, 08
Bairro Jardim São Francisco - Rio Branco/AC - CEP: 69901-015
Fone: (68) 9 9988-4128 / 2102-8775.

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. DECISÃO QUE DETERMINA A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL PARA QUE O AUTOR APRESENTE LAUDO PERICIAL DO IML. PROVA QUE NÃO SE MOSTRA INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA DEMANDA. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA AO LONGO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. EXIGÊNCIA AFASTADA. RECURSO PROVIDO.

Embora a indenização do seguro obrigatório deva ser paga proporcionalmente ao grau de invalidez do segurado, o laudo pericial quantificador da extensão da lesão não configura documento indispensável à propositura da demanda (art. 283 do CPC), justo que a prova da lesão pode ser produzida no curso da instrução.” (TJ/SC, Quarta Câmara de Direito Civil, Agravo de Instrumento 2013.031377, Rel. Des. Jorge Luis Costa Beber, julgado 07.11.2013) (grifo nosso)

Portanto, para instruir a inicial com laudo do IML é necessário oficial o IML para que agende data e horário para realizar a perícia médica, o que se requer desde já.

Convém destacar que o IML só atende solicitações de perícia médica para o DPVAT advindas de ordem judicial ou do Ministério Público Estadual.

VIII – DO PEDIDO

Pelas razões acima expostas requer-se:

- A. Que Vossa Excelência determine oficial ao IML para que agende data e horário para realizar a perícia médica do autor com a quantificação das lesões;
- B. Com fulcro no artigo 319, VII do CPC, a dispensa da designação de audiência de conciliação ou mediação, consoante os motivos acima expostos;
- C. A citação da requerida para que, em querendo, apresente defesa sob as cominações de revelia e confissão;
- D. A condenação da requerida ao pagamento de **R\$ 2.531,25 (Perda total do uso do joelho direito)** a título da diferença da

indenização quanto à lesão do joelho e **R\$ 3.375,00 (Perda total do uso do quadril)** quanto à indenização de seguro obrigatório de veículos automotores – PVAT, devidamente corrigido e atualizado monetariamente;

- E. A produção de todos os meios de prova admitidos em direito, em especial prova pericial;
- F. A condenação da ré ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação;
- G. A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, já que o autor não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

IX – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa o valor de **R\$ 5.906,25 (cinco mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Nestes termos
pede deferimento.

Rio Branco/AC, 16 de novembro de 2019.

MARIA APARECIDA PEREIRA
OAB/AC 3.541